

ACTA N.º 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 16 de Fevereiro de 2008

No dia dezasseis do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária do ano dois mil e oito, da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 5ª sessão ordinária relativa ao mês de Dezembro do ano de 2007.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período antes da ordem do dia

4 – Período da ordem do dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Projecto do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da Povoação de Padornelos / Pedido de Autorização de Execução de Obras por Administração Directa.

4.3 – Normas de utilização do Pavilhão Desportivo / Aprovação da tabela de preços.

4.4 – RESAT/ adopção da rentabilidade das obrigações do tesouro a 10 anos como indexante da remuneração do capital accionista nas concessionárias dos sistemas multimunicipais.

4.5 – Eleição dos Presidentes da Junta de Freguesia no CLAS da Rede Social / art. 21º do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho.

5 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 58 membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Teixeira Gomes, Maria Crespo, António Santos, Sandra Gonçalves, Hugo

Ramos, João Surreira, Deolinda Silva, Jorge Fernandes, Manuel Antunes, João Rua, Alexandre Antunes, Domingos Afonso, Ricardo Moura e João Fecheira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Carla Rodrigues, João Soares, Deolinda Silva e João Rua.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Olímpia Vinhas, Nuno Pereira, Teixeira Gomes, Sandra Carvalho, Alexandra Antunes, Paulo Cruz, Duarte Calhelha, Luís Carril, Pedro Giesteira, António Dias e João Fecheira.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 5ª sessão ordinária.

A acta da sessão ordinária do dia catorze de Dezembro de 2007 foi posta à consideração, tendo os deputados Acácio Gonçalves e Luís Pereira feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP vem por este meio, uma vez mais, reclamar sobre a transcrição das intervenções que faço na qualidade de deputado sejam feitas, não na íntegra, mas pelo menos com algum sentido no contexto em que foram proferidas.

Na minha intervenção transcrita na acta desta Assembleia de 14 de Dezembro de 2007, o sentido da minha intervenção é que a CMM deveria ser mais intervencionista junto dos pequenos comerciantes e industriais, informando-os e ajudando-os para que a fiscalização da ASAE e GNR não se faça sentir neste concelho no que diz respeito às licenças de utilização, etc... citei o que se passou com dois militantes do CDS/PP que recorreram ao partido, simplesmente isto.

Citei o que fez Boticas, mal ou bem, legal ou ilegal, não está em causa mas sim a intenção com que o fez na boa ou má fé pelo menos foi salvaguardado os interesses desses pequenos comerciantes quando confrontados com a GNR e ASAE.

Na resposta (pag.6, parágrafo 3) do Sr. Presidente eu não estava presente por me ter ausentado da sala disse: "que é injusto acusar a GNR de falta de isenção". Mas ninguém acusou quem quer que seja, simplesmente todos os militantes que se queixem a este partido quer a nível local ou nacional com certa razão o partido não cumpre mais do que um dever cívico com eles e é por isso que os partidos existem legalmente.

Na página 10, na transcrição do documento junto à acta entregue por mim, não devo tolerar que a omissão de parágrafos importantes sejam omitidos: penúltimo parágrafo – "Agora as ruas foram totalmente destruídas e não poderão ficar naquele pântano lamacento durante o inverno e a nova rede vai ser colocada e depois de reparada as ruas vão novamente ser destruídas para

colocar o saneamento". Montalegre, 16 de Fevereiro de 2008. Assinado, Acácio Gonçalves".

O deputado Luís Pereira disse que, na página 2 da acta, na sua intervenção diz que "o deputado Luís Pereira disse que na freguesia de Salto já há muito tempo não é contemplada com os trabalhos da máquina MAN e perguntou porquê." Fez reparo à acta pois ele não disse isso. Falou apenas da falta de médicos no posto de saúde em Salto, dizendo que se torna insustentável a deslocação de muitos doentes para o centro de saúde de Montalegre.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com sete abstenções.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

Foi dada a conhecer uma moção apresentada pelo Presidente da Junta da Freguesia de Ferral. A propósito desta moção inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Nuno Pereira, Paulo Barroso, Joaquim Pires e José Miranda.

A deputada Guilhermina Costa, quanto à questão das alterações à lei das autarquias disse que lhe parece que tudo em Portugal caminha para que cada vez mais o interior seja mais interior. As decisões que sucessivamente os Governos vêm tomando vão contribuindo mais para isso. Esta medida é uma medida que vai centralizar poder nas Câmaras, alterando capacidades de desenvolver o interior.

Relativamente às outras alterações, há uma que fere os princípios dos direitos e valores morais, princípios da igualdade, de democracia que é a questão das quotas femininas. Relativamente ao concelho de Montalegre, disse que é um atentado à dignidade das mulheres. As mulheres devem estar na política e fazer parte dos órgãos não por imposição de quotas mas por mérito. Daí o seu voto contra a vontade de discriminação negativa.

O deputado Nuno Pereira disse que as quotas é um pau de dois bicos porque de facto dá impressão que o acesso a determinados cargos tem a ver com o facto de pertencer a um elemento cotado, mas numa sociedade demarcada pelo machismo, é preciso imposição para que no final do processo as mulheres ocupem lugares a que têm direito. É importante que não se critique só por criticar. O importante é que as mulheres tenham oportunidade de aparecer e ocupar o lugar a que têm direito.

Sobre a nova lei da eleição dos órgãos autárquicos, disse que não percebe as críticas da deputada Guilhermina Costa uma vez que a lei foi feita pelo Governo em conjunto com o PSD.

Disse que esta lei não é nova. Já tinha sido discutida no Governo do Eng^o António Guterres. Não com este perfil, mas o essencial já foi discutido e por alguma razão ela não avançou.

Na sua opinião, há coisas nesta lei que são interessantes e que vale a pena considerar, apoiar e propor a alteração. Concorde que os Presidentes de Junta não tenham direito a votar numa lógica municipal, em nome do rigor, da transparência e da qualidade das deliberações municipais. Devem participar das reuniões, devem apresentar os problemas das suas freguesias, mas quando se trata de uma lógica de gestão municipal em termos orçamentais não se deve entrar numa lógica que muitas das vezes é perversa. Os documentos fundamentais de investimento e de produção de despesa devem ser votados numa lógica exclusivamente municipal e os únicos membros eleitos nessa lógica são os deputados municipais.

Quanto ao resto da alteração, disse que há determinado tipo de alterações que mantêm são perfeitamente lógicas. Como é o caso dos Presidentes da Câmara serem eleitos da mesma forma que os Presidentes de Junta. É uma questão de racionalidade, simplificação de processos e de transparência.

Disse que tem algumas questões sobre direitos fundamentais e constitucionais que tem a ver com a tentativa de limitação de manifestação, de presença e de intervenção pública dos próprios partidos. Se o Governo explicasse o objectivo desta lei, entender-se-ia melhor.

O deputado Paulo Barroso disse que ele e outros deputados não estão bem a par do assunto discutido e se votarem hoje vão votar inconscientemente.

Sobre o facto dos Presidentes de Junta não poderem votar em certos documentos disse que não concorda porque se os Presidentes de Junta colaboram e trabalham com a Câmara, também devem ter direito ao voto.

O deputado Joaquim Pires disse que também não concorda com a nova lei e sugere que se deixe amadurecer. Disse que não concorda com esta lei pois com o decorrer dos tempos só vão apenas ficar os dois grandes partidos e ultimamente há que desconfiar quando eles se juntam. Disse que é mau sinal o casamento entre os dois grandes partidos. É sinal de que algo de mal está para vir.

O deputado José Miranda sugeriu que, como ainda nem todos os Presidentes da Junta receberam a documentação, ficasse suspensa a discussão desta matéria.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Nuno Pereira, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, João Soares, Luís Carril, António Ferreira, Acácio Moura, Paulo Barroso e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa, sobre o casamento entre os dois maiores partidos, disse que este faz com que o interior seja cada vez mais interior e com as medidas políticas que têm sido tomadas relativamente à saúde, apetece dizer que para quem governa este país é bom morrer no interior, longe dos

meios hospitalares. Parece que também é bom estar longe da justiça, da educação, longe de tudo o que é bem estar social e cada vez mais a distância entre o interior e o litoral se notam. Pelos vistos não foi com a construção de auto-estradas que o problema ficou resolvido, pelo contrário. Veio justificar porque fecham os centros de saúde e urgências básicas. Na realidade a população acabou por ficar mais longe desses serviços. O que é certo é que se deve reflectir sobre isso e deixarmos de nos acomodar às decisões, aceitando-as sem lutar contra elas.

Em relação à saúde, estão vistas as medidas que foram tomadas e que vão ser implementadas.

Relativamente à justiça, ainda não se nota, mas parece que a grande ideia do Governo é acabar com os tribunais e implementar, nas pequenas terras, os delegados de paz. Os tribunais de competências especializadas vão ficar nos grandes centros. Com o tempo, Montalegre vai ficar sem tribunal judicial e quando tivermos problemas judiciais vamos ter que nos deslocar a Mirandela, Bragança ou a Vila Real.

É a estas questões que temos que estar atentos e reagir na altura certa, não é depois das decisões já terem sido tomadas, já sem solução.

O deputado Nuno Pereira disse que concorda com algumas queixas feitas relativamente ao novo mapa da saúde, mas custa-lhe criticar por criticar. Disse que é bom e é simpático estar ao lado dos "desgraçados", mas quando há decisões a serem tomadas já não é nada connosco e, pelo que toda a gente sabe, antes não estávamos bem. A verdade é que o novo modelo de cuidados de saúde foi organizado de forma a prestar melhores cuidados de saúde.

Disse que se a implementação fosse feita de uma forma cuidada, criteriosa, selectiva e sem estar debaixo de uma cobertura de poupança de dinheiro, as coisas correriam bem. É o que a nova Ministra está a tentar fazer. Está a tentar inverter e a colocar as coisas na lógica que deviam ter tido de princípio. Disse que não está contra o fecho de maternidades e também não está totalmente em desacordo com este novo modelo político ou organização política de saúde, mas o Governo e o Ministério da Saúde deram um tiro no próprio pé na medida em que não tiveram cuidado de criar primeiro as condições para prestar cuidados de saúde de qualidade às pessoas. Disse que não sabe se é melhor ter uma boa assistência e acolhimento em termos de saúde imediata no local, se andar de um lado para o outro.

Quanto ao novo mapa judicial, referiu que já tinha dito que depois do fecho das escolas iriam ser os tribunais. Disse que os delegados de paz não são solução para nada pois estes não substituem os tribunais. Disse ainda que saiu uma nota no jornal que diz que, ao contrário do que acontece hoje, todas as circunscrições passarão a dispor de juizes de competências especializadas. Isto faz com que o interior tenha uma certa exaustão de alguma capacidade crítica pois quantos menos tribunais, menos professores, menos médicos e, naturalmente, a massa crítica tenderá a decrescer e esse poderá ser um factor de depauperação, não só económica, mas intelectual e cultural.

O deputado Domingos Vasconcelos, relativamente ao documento apresentado pelo Presidente de Junta de Ferral, disse que concorda com ele. Não concorda é

com o casamento ou pacto entre os dois grandes partidos que mais parece o partido republicano e o partido democrata dos EUA. Acha mal que um Presidente de Junta, seja ele de que partido for, que participe nas Assembleias, seja porta-voz da Câmara e não possa votar os planos e orçamentos da autarquia.

Falou sobre o saneamento de Vila Nova, Sidrós e Ferral pois já havia sido prometido há anos atrás, é uma promessa eleitoral que o Presidente da Câmara fez às pessoas daquela freguesia e afinal a obra não consta ou não foi transferida para o plano 2008. Perguntou ao Presidente da Câmara se realmente o saneamento é feito ou não.

Falou sobre os rails de protecção de Fafião à barragem de Salamonde, Cabril e Vila Nova. Disse que o Presidente da Câmara, numa sessão anterior da Assembleia Municipal, lhe referiu que esse assunto já estava entregue ao empreiteiro, mas até agora ainda nada foi feito.

Falou sobre um caminho em Vila Nova, por cima do rio, que constitui perigo e a Câmara nada faz para a reparar. Disse que parece que a Câmara prefere fazer caminhos a particulares e os caminhos para o bem público não se fazem.

Falou sobre o correio na aldeia de Vila Nova e Bairro dizendo que é a Junta de Freguesia que faz a distribuição, acarretando custos à junta sem que se exija que os correios cumpram a sua função.

O deputado Acácio Gonçalves falou sobre a última reunião da Assembleia, dizendo que reparou que o deputado Francisco Surreira levantou um problema bem levantado pois o subsídio dado à Cooperativa ou é de 200 mil euros ou 250 mil euros. Sobre a transferência de 200 mil euros para a Cooperativa, disse que o Presidente referiu que chegaram a esse valor porque se calcularam o número de cabeças de gado e as despesas da ADS e que a diferença dos 50 mil euros nos documentos prende-se com o atraso que a Câmara teve no pagamento de 3 meses.

Perguntou porque é que não se levou este assunto à reunião de Câmara como se fez, por exemplo, com os agrupamentos de escolas, como disse é prova a seguinte proposta: "Assim, com base nos fundamentos referidos supra, proponho ao executivo municipal, com vista à respectiva apreciação, discussão e aprovação, o seguinte: o apoio financeiro ao agrupamento de escolas de Montalegre de 21 mil 114 euros, destinado à comparticipação na despesa de 2007/2008, referente ao pagamento de encargos com as EB1 e JI aprovado em reunião de Câmara."

Isto é, eram subsídios do ano atrasado e para que seja autorizado o pagamento do ano em curso, o Presidente da Câmara tem que reunir o executivo e não o fez, pois está no plano de execução que já pagou. Isto é mal feito.

Disse que descobriu que o Presidente da Câmara tem andado a enganar toda a gente pois o subsídio dado à Cooperativa nada tem a ver com a ADS, nem com os agricultores. Tem a ver com a Cooperativa. E ele, como Presidente da Assembleia da Assembleia de Agricultores do Barroso e Alto Tâmega, sabe que em 2006 a Câmara fez um protocolo com a Cooperativa em que concediam apoio financeiro destinado às acções de profilaxia sanitária animal, em que o que se acordou não era legal e como não foi legal, pois a Câmara não podia subsidiar directamente os agricultores, teve que rectificar, em reunião de

Câmara, esse protocolo, dizendo o seguinte: “ assim o apoio financeiro aprovado pela Câmara Municipal de Montalegre, na sua reunião do dia 01/08/2005, e que consta do aludido protocolo ao invés de ser destinado a acções de profilaxia sanitária animal deverá ser afectado à modernização organizativa da Cooperativa Agrícola COAGRIMONTE, à formação e informação dos seus associados em matéria de produtos e técnicos de produção, mas também à promoção de produtos locais tendo em vista a rentabilidade económica da nossa agricultura” e perguntou o que é que a Câmara fez para isso. Os subsídios devem ser dados mas tem que ser fiscalizados. Cabe também à Associação de Agricultores reclamar o direito do pagamento de 200 mil euros porque a lei é abstracta e se a Câmara concede a uns, também tem que conceder a outros , porque a lei 159/99 diz: “uma das atribuições dos municípios consiste na promoção e desenvolvimento local designadamente mediante a concessão de apoios financeiros dados às Associações”. Disse ainda que dos 250 mil euros, pelo menos 50 mil euros tinham que ir a reunião de Câmara.

O deputado João Soares falou da inauguração do auditório do Multiusos dizendo que foi um acontecimento cultural de extrema importância e que ninguém falou nele. Parece que a tribuna da oposição só intervém para dizer mal. A crítica, para além de ser destrutiva, também deve ser construtiva. Esperava que alguém falasse dum equipamento de excelência que passou a ficar ao dispor de todo o concelho. É um equipamento de referência do qual já ouviu falar em Braga e em Vila Real. Falaram bem e elogiaram pessoas que não são de Montalegre. Disse que se sentiu bem no auditório, quer em cima do palco, quer fora dele pois lá há conforto tendo todas as condições e características superiores. Lá podem ser organizados seminários, conferências, jornadas e todo o tipo de actividades culturais que fazem falta a Montalegre. Honra seja feita à Câmara Municipal de Montalegre.

Disse que da intervenção da deputada Guilhermina Costa registou quando ela disse que para o Governo é bom que o interior esteja longe do bem estar social. Essa intervenção não tem nexos pois em Cabril começou a desenhar-se um lar para idosos no tempo do Governo Socialista, liderado pelo Eng^o Guterres, e foi preciso vir este governo para que este equipamento seja uma realidade social do nosso concelho. Um investimento de 1 milhão e 100 mil euros, onde a Câmara tem uma quota parte de responsabilidade financeira.

Disse que se regozija porque vai ser outro equipamento de excelência, com 3 valências: lar para idosos, centro de dia e apoio domiciliário, abrangendo 90 utentes.

Além deste equipamento, dois novos lares estão para arrancar, um em Montalegre e outro em Salto. São equipamentos sociais que vão proporcionar, a uma faixa etária frágil e sensível, bem estar no final de vida e muitos empregos estáveis.

Falou também de uma creche nova em Montalegre que também vai exigir um grande esforço financeiro por parte da Câmara, não descurando os centros escolares de Montalegre e Salto.

Informou que, recentemente, a Câmara assinou um reforço de 300 mil euros para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto. Por força

de um protocolo, a referida associação ficou com um encargo financeiro muito grande e, como não era suportável, o Presidente da Câmara, fiel ao seu compromisso, resolveu meter mãos à obra conseguindo o dito reforço.

Disse que outro esforço financeiro foi concedido à Associação Borda d'Água para o início dos trabalhos no novo lar em Salto. Toda a gente se deve congratular pelo esforço da autarquia que neste concelho criou tantas infra-estruturas físicas que também levam ao bem estar das pessoas, agora virada fortemente para o lado social, vindo deixar marcas a breve prazo.

O deputado Luís Carril falou sobre os apoios financeiros dados às instituições e perguntou qual a razão que está por detrás do facto de uma associação receber por exemplo 500 euros num ano e porque é que outra recebe 5000 euros.

Disse que a Casa do Capitão em Salto ainda não foi inaugurada. Perguntou qual a data de início da obra, qual a data prevista para o seu término e quando é que vai abrir.

Falou sobre o Multiusos, perguntando qual é o planeamento de actividades para o ano 2008.

O deputado António Ferreira falou sobre a Feira do Fumeiro e do impacto que esta tem, localmente e no país, dizendo que já ninguém tem dúvidas do sucesso deste certame. Manifestou o seu desagrado relativamente ao fim de semana escolhido e só diz isso porque é porta voz de muita gente que lhe fez chegar o desagrado. Talvez fosse melhor a feira voltar para o fim de semana habitual. A verdade é que alguém teve lucro pelo facto da data da feira ter sido alterada.

Disse que está de acordo com os Presidentes de Junta porque se isto desta forma, corre bem porque é que se há-de mudar. Não vê uma explicação válida. Falou sobre a contestação ao Governo e disse que os professores fizeram a sua guerra. E se alguém que tem ganho são os professores com quatro providencias cautelares aceites.

Disse que pessoalmente não concordava com o antigo modelo de avaliação de professores pois tanto valorizava aquele que faltava muito como o que faltava pouco.

Relembrou que em quase todas as reuniões da Assembleia se falava da água da Cela e agora de uma temporada para cá deixou de se falar. Disse que as águas são as mesmas, vêm do mesmo sítio, têm a mesma qualidade, têm a mesma quantidade e o depósito é o mesmo e as pessoas, felizmente, são as mesmas.

O deputado Acácio Moura falou sobre a estrada de Outeiro e disse que as obras do saneamento rebentaram a estrada toda. Passam lá centenas de pessoas ao fim de semana e a imagem que levam é má. Se o empreiteiro não termina a obra, a Câmara deveria remendar os buracos e apresentar-lhe a conta.

A Feira do Fumeiro decorreu como em anos anteriores, com mais ou menos gente, tendo os restaurantes se queixado de que houve menos gente. Disse que concorda que houve menos gente nos restaurantes e realçou que para o ano ainda vai haver menos porque os preços praticados são exagerados. Culpam a Câmara pela mudança do dia e por esta não intervir junto dos

restaurantes, os quais querem fazer o dinheiro todo na Feira do Fumeiro, excedendo todos os limites. Disse que o evento principal da Feira do Fumeiro foi a inauguração do auditório, pois é uma obra que faz falta. Desafiou as associações do concelho, as quais têm um papel importante para pôr o auditório a funcionar. Disse ainda que, por parte da Associação de Paredes do Rio, vai apresentar um plano ou proposta para que se marque um dia de dinamização.

O deputado Paulo Barroso falou do resgate feito pelos Bombeiros Voluntários de Montalegre em Pitões que tiveram muito mérito pois as dificuldades e a dureza da intempérie eram muito grandes. Disse que a Assembleia deveria dar-lhes um louvor pois eram todos homens de Barroso.

O deputado Joaquim Pires disse que, uma vez que se vai construir o lar de Cabril, e como a extensão de saúde não tem condições, se poderia aí enquadrar uma sala com melhores acessos e condições.

Disse que entre o posto de saúde de Cabril e a ponte, existe um largo onde se dá volta com os carros e como não tem protecção, constitui um perigo público. Há coisas simples que se podem fazer para evitar que haja aí um acidente.

Disse que a Feira do Fumeiro devia ser na última semana de Janeiro, depois das pessoas receberem o salário, pois têm mais poder de compra.

Disse que se vai realizar em Montalegre um encontro de Medicina Geral Transmontana, no final do mês de Maio, e irá ser utilizado o auditório do Multiusos, esperando receber perto de 700 pessoas durante três dias.

O Senhor Presidente da Câmara falou sobre a nova lei autárquica e disse que a nova lei prevê que se faça para as autarquias aquilo que já se faz para as freguesias, que é a prática de uma lista, mas a lei ainda vai ser aperfeiçoada.

Sobre a questão da presença dos Presidentes da Junta nas votações, é uma questão delicada, política, e que está em discussão, podendo vir a ser, eventualmente, alterada na discussão da especialidade. É delicado pois há quem diga que há algumas Assembleias onde a realidade política e partidária é desvirtuada com a presença dos Presidentes de Junta. Estas coisas têm todas prós e contras.

Disse que o sistema maioritário nos executivos era essencial pois não faz sentido a oposição boicotar o trabalho de quem sonhou as eleições do executivo, de boicotar o plano de actividades e de não permitir, por artifícios, exercer a quem teve mais votos, pois essa gente foi o povo que a elegeu tendo como obrigação a prestação de contas no final do período.

Sobre a questão dos pequenos partidos não estarem representados, disse que só não estão representados no executivo, mas estão na Assembleia Municipal. Há uma regra maioritária para constituir o executivo, mas depois há sempre uma representação proporcional nos executivos.

Falou também da questão da saúde e da justiça. Disse que há uma que funcionou bem e outra que funcionou mal, embora pareça que ambas funcionaram mal. A questão da saúde foi a que funcionou melhor pois fizeram-se reformas e dentro de algum tempo daremos razão. Montaram-se hospitais

ambulantes para prestar os primeiros socorros como não existiam antes, que são as ambulâncias do INEM.

Hoje temos as VMER's e as SIV's espalhadas por todo o território, com equipamentos de suporte imediato de vida, técnicos de saúde e médicos no terreno para prestar os primeiros socorros, livrando muita gente de morrer no local. Realçou que houve um grande confronto e um grande boicote a tudo isto. Havia um sistema muito bem organizado e com cuperações poderosas que boicotaram este sistema. Este sistema ainda não está perfeito e a funcionar a 100%. Vai ter que evoluir. É um bom sistema e vai dar resultados.

Disse que a Comunicação Social lançou a ideia de que acontecem muitos partos em ambulâncias, mas o que dizem os números é precisamente o contrário, pois o parto em ambulâncias diminuiu em 2006 e 2007. Tem que se ter em conta os números, temos que ser rigorosos, compreender as mudanças, esperar que elas dêem resultados e ter a consciência de que há muitos poderes instalados que não querem tender privilégios.

Disse que se fizeram muitas coisas muito importantes no último período em mudanças na saúde com cortes radicais. Em vez de haver urgências abertas que tem um atendimento de 1,3% por noite, é preferível ter unidades de saúde familiar, ter médicos de família para todos para não haver necessidades de ir às urgências sem urgência nenhuma porque a maior parte das urgências do interior não são urgências, são serviços para se ir a uma consulta, para quem quer uma receita e para quem tem um sintoma ligeiro de doença. As portas abertas de um centro de saúde sem equipamentos não são urgências. As urgências estão nas ambulâncias rápidas, estão nos suportes imediatos de vida e nas novas viaturas que estão no terreno. Não são só coisas más. Há medidas muito importantes que o Governo criou como a criação da saúde oral, a vacinação contra o cancro do colo do útero e a implementação das unidades de saúde familiar. E no caso de Montalegre, é preciso que se diga, para além do INEM, vamos ter uma urgência básica, que corresponde a uma qualificação dos serviços existentes.

Sobre a justiça, disse que Portugal tem mais do dobro dos juízes do Reino Unido e não temos tanta eficácia na resolução de processos como eles têm. Se calhar é preciso fazer o que se fez na saúde, reformas mais radicais mexer mais no sistema. Portugal, quer a nível do sistema de saúde, quer na educação, quer na justiça, gasta ao nível dos países europeus e tem os resultados que tem e este governo tem muito de mexer nas feridas.

Disse que o problema do interior é a falta de massa crítica. Não é o isolamento, não é a falta de auto-estradas, pois o plano rodoviário está realizado a 90% no interior e está a 65% no litoral. O importante é que se consiga inverter a situação da diminuição da massa crítica e espera que com as novas tecnologias se possa superar estas dificuldades.

Sobre o saneamento de Vila Nova, disse que está, como outros, no pacote de obras que as Águas do Norte vai fazer. Vão vir fundos comunitários para o ambiente, para águas e saneamentos aos quais as autarquias se podem candidatar. Mas isto só na teoria, pois na prática só serão aprovadas candidaturas que tiverem viabilidade económica. Para todo o Alto Tâmega, não haverá ninguém que faça um estudo credível que prove a viabilidade económica destes empreendimentos. Por isso o Governo lançou uma grande empresa do

Norte que tivesse consumidores concentrados para que se possam fazer investimentos no interior, onde eles são menos rentáveis. Estão praticamente reunidas essas condições e o que foi garantido é que já em 2008 haverá investimentos, embora pelo meio haja uma grande negociação, mas com a garantia que a Câmara de Montalegre será a primeira a receber a proposta da avaliação.

Sobre os raíles de Salamonde, disse que já foram instalados, numa primeira fase, nos sítios mais perigosos. Numa segunda fase, outros locais poderão ser contemplados.

Sobre os CTT, disse que as Juntas de Freguesia fazem os acordos que entenderem, mas devem ter cuidado de não gastarem dinheiro com obrigações que são dos CTT.

Sobre o subsídio da Cooperativa, disse que sabe que o deputado Acácio Gonçalves tem problemas com a Cooperativa e com o Matadouro. Toda a agente já está habituada a ouvi-lo falar disso, pois desde que o Matadouro não se instalou nos seus terrenos no Alto Fontão, ficou com esse tipo de problemas. Disse que o deputado Acácio Gonçalves poderá ter as suas razões, mas perde-as quando fala de forma pessoal e ressabiada contra o Matadouro e a Cooperativa.

Em democracia os autarcas mandam nas Associações, isso não compete à Assembleia Municipal nem à Câmara Municipal. A Cooperativa têm sócios e não nos podemos substituir a outras instituições que tem os seus órgãos próprios e os seus associados.

Ao subsídio à Cooperativa podem-lhe chamar subsídio à Cooperativa, à ADS, aos agricultores, subsídio para a quota ou para o que quiserem. São 200 mil euros que vão para o bolso dos agricultores. Os 50 mil euros estavam por pagar porque a Cooperativa não apresentou em devido tempo as certidões de não dívida à Segurança Social e às Finanças. Essa verba, incluindo os 50.000, está aprovada na Câmara e na Assembleia, bem expressa no Orçamento e no Plano de Actividades.

Sobre o equipamento cultural inaugurado disse que é uma referência positiva e da qual devemos ter vaidade e que peca por tardia, mas exigiu um grande esforço financeiro por parte da autarquia sem descuidar os investimentos nas freguesias.

Relembrou que quando o PS entrou para a Câmara não havia serviço social. Existia uma Misericórdia em Montalegre e havia um lar que tinha mais de 20 utentes. Hoje tem mais de 100 funcionários. Naquela altura não existia o Centro Paroquial de Vilar de Perdizes, o Centro Paroquial da Vila da Ponte, a Associação Cultural o Campo, em Cervos, a Associação Borda d'Água em Salto e o Centro Paroquial de Cabril. Foi com incentivos e com o apoio e organização da Câmara que se lançaram estas associações no terreno e que prestam extraordinário serviço social e criam muitos postos de trabalho. Isto tudo para não falar da cobertura de 100% do pré-escolar no concelho e isto significa a importância que a Câmara dá à educação. Mas o maior esforço vai ser feito brevemente em equipamentos sociais como a ampliação do lar de Montalegre, um novo e a criação do lar de Cabril. Mas mesmo a Câmara quer mais. Vão ser lançados novos equipamentos. Vai-se criar uma nova creche em Montalegre e está-se a trabalhar num projecto para Salto, de apoio à pessoa deficiente e

lançar dois novos lares para 40 utentes, um em Montalegre e outro em Salto. Vão exigir muito dinheiro, mas são uma prioridade que merece todo o apoio. Sobre o apoio às Associações, disse que no plano está discriminada a lista das associações contempladas com o apoio da autarquia. Disse que no plano estão descritos as modalidades apoiadas, pelas valências, pelas intervenções, pelo número de equipas, etc. é feito de uma forma transparente e nenhuma reclama.

Sobre a casa do capitão em Salto, disse que ela andou endiabrada, mas agora estará no bom caminho e na sua intervenção final. Teve uma intervenção inicial para determinado fim, mas o projecto inicial evoluiu e esta última intervenção vai dignificar e reforçar o valor da casa. A primeira intervenção não teve aproveitamento arquitectónico e intervenção de classe. O toque de classe foi dado agora para uma solução eficaz, moderna e eficiente daquilo que se pretende do núcleo do Ecomuseu de Salto. Sobre o Multiusos, disse que o desafio que deve ser feito foi o que fez o deputado Acácio Moura, pois as instalações estão à disposição de todos e que são também um estímulo à capacidade organizativa da sociedade de forma a participarem activamente em questões culturais. Por parte da Câmara vai haver uma organização e que evidentemente não poderá ser a Câmara a pagar tudo. Vão haver três ou quatro espectáculos anuais, maioritariamente suportados pela Câmara para dinamizar o espaço, mas o mais importante é que haja dinamização cultural por parte de todos.

Disse que do ponto de vista económico é outro desafio. A obra existe, agora os hoteleiros que não se queixem, pois a Câmara promove turisticamente a região e é só aproveitar o que de bom existe. O congresso dos médicos é um exemplo a seguir. Vai haver um período de Maio a Junho com uma série de acontecimentos em cadeia: congresso dos médicos, carrilheiras, a feira medieval, a feira do livro e a sexta-feira 13. A Câmara é o motor, estimula mas não se vai substituir aos restaurantes, aos empresários nem à imaginação que deve caber à sociedade privada.

Sobre a data da Feira do Fumeiro, disse que são os produtores que a definem, mas concorda que a melhor data é no fim de Janeiro.

Sobre a água de Cela e Sirvozelo, disse que os consumidores fizeram contratos e a Câmara fez dois furos que são suficientes para abastecer a população.

Disse que as obras de saneamento de Outeiro são difíceis e têm atrasos que estão a custar muitas ao empreiteiro.

Sobre o lar de Cabril, disse que a obra contempla um gabinete médico. Agora tem é que se encontrar a melhor solução e que tenha melhores acessibilidades porque esse aspecto é hoje uma condição.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Pedro Giesteira, Luís Carril, José Miranda e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que lhe parece que as Unidades de Saúde Móveis são um engana meninos pois na prática, neste concelho, há uma ambulância que está no Centro de Saúde, com motorista e um enfermeiro que vão prestar socorro. E, na sua opinião, os primeiros socorros têm que ser

prestados por profissionais de saúde. Há uma diferença entre os cuidados de saúde que um enfermeiro presta e os cuidados do médico.

Disse que a VMER's é uma unidade de saúde móvel que pode prestar alguns cuidados de saúde porque tem um médico, um enfermeiro e equipamento que pode prestar um socorro melhor às vítimas, porém a VMER's está sediada em Chaves, o que quer dizer que quando a VMER's chega ao local, as vítimas já estão no centro de saúde ou já vão a caminho do hospital. É muito raro que a VMER's chegue em tempo útil ao local para prestar socorro. Daí, em termos de unidade de saúde móvel e teoricamente é tudo funcional, mas na prática é um engana meninos.

Quanto às reformas na justiça, disse que é a favor de todas as reformas e acha que o sistema de justiça português tem que necessariamente ser reformado. Agora, como cidadã portuguesa, tem o dever social de estar atenta e criticar sempre que achar que as medidas não servem. Todas as alterações que têm sido feitas em termos de justiça, relativamente a questões processuais nada resolvem. Cada vez complicam mais, cada vez é mais difícil ter acesso à justiça e cada vez é mais caro. Disse que sabe que é necessário modernizar o sistema. Desburocratizar a justiça é o ponto mais importante, não é fechar tribunais pois se se fizer estamos a violar um direito que nos é atribuído pela Constituição.

Disse que lhe parece que sempre que alguém vai à Assembleia falar de um assunto é porque esse assunto lhe é próximo e a forma como o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao deputado Acácio Gonçalves não é digna de um homem que representa o concelho de Montalegre. Não é importante qual o motivo que traz o deputado Acácio Gonçalves a falar do subsídio à Cooperativa, mas sim as críticas que o deputado possa fazer à atribuição desse subsídio. Dando certo tipo de resposta, não se dignifica a Assembleia.

O deputado Nuno Pereira disse que gostava de saber qual a opinião do Presidente da Câmara sobre as intervenções da ASAE as quais, na sua opinião, são correctas e falou sobre a atitude da Câmara de Boticas quando esta, supostamente, substituiu os alvarás antigos por novos. Questiona a legitimidade de tal atitude.

Relativamente à justiça, disse que a sua melhoria não é incompatível com o fecho de tribunais nem com a reorganização e institucionalização do novo mapa de tribunais.

Relembrou que, relativamente à saúde, não concordou com o processo pela forma como foi conduzido. Manteve algumas críticas porque o tipo de apoio não pode ser feito por pessoas não qualificadas, tem que se prestar apoio com pessoal competente, capaz de realizar as operações de vida que são fundamentais e tudo isto implica formação. Isto vem ao encontro do que anteriormente referiu, pois pode ser uma forma de manter no interior pessoas com formação.

Sobre a avaliação dos professores, disse que os professores que se manifestam são os que querem ser avaliados.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não percebe o que é que o Matadouro tem a ver com a Cooperativa. Parece que o Presidente da Câmara já os confunde. A história do terreno do Alto Fontão é uma história passageira. O

projecto do Matadouro passava num terreno seu, mas por alma de um Senhor Presidente da Câmara em conluio com um Presidente da Cooperativa, retiraram o Matadouro do seu terreno, alegando não se sabe o quê. Foi para vender outros terrenos. Mas isso são letras mortas. Ele não recebeu dinheiro e os senhores Presidentes instalaram o Matadouro onde cheira mal e onde podem descarregar os esgotos directamente para o rio, não seguindo as regras do ambiente.

Relembrou que é sócio da Cooperativa e como tal sente-se no direito de falar da Cooperativa em qualquer lado. Foi defensor para colocar lá como Presidente, o Eng^o Justo. Sofreu as críticas em 1976, como interveniente no processo. Mas agora, o assunto que está em causa é o subsídio. Disse que, segundo a acta, o subsídio atribuído foi no valor de 250 mil euros e pergunta se os 50 mil euros são ou não respeitantes ao ano anterior. Se são, perguntou porque é que o Presidente da Câmara não reuniu a Câmara para autorizar o pagamento no ano seguinte. Disse que o Presidente praticou um acto ilegal e reforçou a ideia baseando-se numa acta anterior, no ponto onde se discutiu a revalidação de subsídios atribuídos no ano económico de 2007, mas ainda não liquidados no todo ou em parte. Disse que se o Presidente levou alguns subsídios a reunião de Câmara, terá de justificar o facto dos 50 mil euros não irem também, pois quando os subsídios não são pagos no ano económico, devem ir a reunião do executivo.

Disse que o acto cometido pelo Presidente da Câmara é pura simulação e as simulações consideram os negócios e todos os actos nulos. Se isso for posto em causa, o protocolo com a Cooperativa pode vir a ser anulado.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o Presidente deve estar confundido relativamente aos raias de Fafião, pois estes não existem.

Sobre o saneamento de Vila Nova, disse que o Presidente da Câmara já havia dito que estava contemplado no plano, mas não transitou para o plano de 2008.

Sobre a rua do caminho do rego, disse que já em anteriores sessões da assembleia falou sobre ele mas está visto que não interessa à Câmara resolver esse problema.

Quanto à água da Cela, disse que ficou satisfeito com a intervenção feita e com a resolução do problema.

O deputado Pedro Giesteira, relativamente aos raias de Fafião, disse que passou lá de manhã e que realmente estão colocados. Disse que há prioridades e que os locais mais problemáticos estão georeferenciados em cartografias e que tem a garantia do Presidente da Câmara que, mal haja possibilidade serão colocados.

Sobre a estrada que une os dois largos em Cabril disse que é um dos locais que está identificado para a colocação de raias ou a colocação de um pequeno muro de suporte.

Sobre o posto médico de Cabril, disse que vê com bons olhos a instalação deste equipamento no novo lar.

Agradeceu o esforço financeiro e o empenho da autarquia para que o lar de Cabril seja uma realidade.

Disse que, como Barrosão, sentiu-se orgulhoso de assistir à inauguração do auditório do Multiusos e de saber que tem um espaço na sua terra que em nada fica atrás de outros de renome nacional.

O deputado Luís Carril disse que o regimento da Assembleia Municipal devia ser mais respeitado pois umas vezes cumpre-se à risca e outras não e isso leva a que certas situações ocorram. Disse que se deveria alterar o regimento de forma a que não seja permitido o atendimento telefónico dentro do espaço da Assembleia Municipal.

Disse que o Presidente da Câmara não respondeu às questões colocadas sobre a Casa de Capitão, de quando começou a obra, quando está prevista a sua conclusão e quando vai abrir.

Quando à justificação de que vai nascer uma infra-estrutura que vai orgulhar toda a gente, de necessária que é, vai orgulhar com toda a certeza. No entanto, quem conheceu a casa antigamente, sabe que agora nada tem a ver, não foi mantida a traça.

Em relação à questão das Associações, disse que gostava de saber quais as razões pelas quais a Câmara patrocina mais um clube de seniores e não um clube de juniores, pois deveria apostar na formação de jovens e não em manter profissionais.

Sobre o multiusos e o auditório, disse que são uma infra-estrutura com custos avultados e que quando se faz um investimento com custos avultados deste tipo, seria de bom senso ter-se definido um objectivo e um plano anual. Perguntou se há ou não algum plano pré- definido.

O deputado José Miranda apresentou o problema da toponímia de Sidrós e Bairro pois está há mais de um ano concluída e a distribuidora não faz a entrega correctamente. Para que o serviço melhorasse, colocou um membro da Junta a fazer a entrega sem que haja qualquer abono por parte dos CTT. Não há qualquer tipo de acordo pois foi-lhe garantido que o correio iria ser todo distribuído por funcionários dos CTT.

Quanto à Rua de Cima do Rego em Vila Nova disse que é verdade e necessário um muro de suporte porque há cerca de 8 anos já foram entregues fotografias não ficando muito dispendioso para a Câmara.

O deputado Joaquim Pires disse que as SIV's e as VMER's são importantes em casos pontuais, como é o caso de acidentes ou situações urgentes, pois em casos realmente graves, acabam por não resolver a situação. Os enfermeiros avaliam o problema, comunicam por telefone e por precaução e exagero fazem-se diagnósticos, por vezes, errados.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e relativamente às reformas na saúde disse que há normas e regras a cumprir e se essas normas se aplicassem ao concelho de Montalegre e se Montalegre tivesse que ficar sem serviço de urgências, teria que ficar. Se as regras estão certas, não podemos estar sempre a contestá-las só porque nos toca a nós. Disse que Montalegre tem o serviço de urgências reforçado, o que vai implicar outros meios técnicos e humanos e tem o sistema imediato de vida aqui instalado. Esta reforma tem os problemas de

alguém que está a nascer e a aprender e há uma coisa que se está a viver na saúde que é muito grave e que dificulta. Por um lado é a campanha das corporações que perdem alguns privilégios e alguns negócios e, por outro lado, é a pressão da comunicação social pois numa situação de normalidade a enfermeira não precisa de telefonar para o médico para saber o que deve fazer ao doente. O problema é que com a pressão das televisões e com a guerra das denúncias, cai-se no exagero. Referindo que a Dra. Guilhermina Costa disse que os primeiros socorros têm que ser prestados por profissionais e disse bem pois é isso que agora acontece com os enfermeiros e os técnicos nas ambulâncias. Perguntou se para ela, os técnicos seriam os bombeiros.

Sobre a justiça, disse que fazem falta ainda mais reformas e não são necessários medos pois pior do que está não pode ficar. Disse ainda que o tribunal de Montalegre não vai fechar, nem nenhum tribunal fecha. É preciso é fazer alguma coisa. Vai haver é gestão dos juízes. Estes vão trabalhar em Chaves, vão ter lá gestores e controlo, vão ter a quem prestar contas e vão fazer os serviços aos concelhos. Esta é uma forma de ir ao ponto principal que é ver o trabalho que cada um faz.

Disse ainda que o deputado Acácio Gonçalves se esqueceu de agradecer à deputada Guilhermina Costa por esta vir defender a sua honra e disse que em relação a lições de moral, a deputada Guilhermina Costa é talvez das pessoas menos habilitadas para o fazer dentro da Assembleia Municipal.

Sobre os alvarás de restauração e bebidas caducados, disse que os proprietários tem que requerer a sua renovação. A Câmara fiscaliza se tem as condições mínimas, e renova, sem projectos ou outras. Não vale a pena dramatizar.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves, como sócio que é da Cooperativa, não deveria trazer certas questões à Assembleia, mas sim à Cooperativa. Devemos respeitar a Cooperativa como instituição autónoma. Admite que falem que os serviços da Cooperativa não funcionam bem e dos seus problemas pois sabe que eles existem, mas não se pode tratar aqui de questões pessoais.

Sobre os 250 mil euros, disse que estes foram aprovados no plano e orçamento. É uma transferência legal pois toda a gente percebeu que 200 mil euros são referentes ao ano e 50 mil referentes ao ano anterior. Sobre os railes de Fafião, disse que já estão colocados há quatro meses, mas há fases de prioridades.

Sobre a Rua do Caminho do Rego disse que logo que haja possibilidade se encontrará uma solução.

Sobre o Lar de Cabril, disse que para além de ser uma satisfação pessoal vê-lo começar, também é uma satisfação político pois foi preciso vir outro governo socialista para que o lar avançasse depois de três anos de espera.

Quanto à casa do Capitão foram aplicadas multas ao empreiteiro em duas empreitadas sucessivas. É um problema administrativo complicado e moroso. Mas a lei impõe muitas burocracias. É uma obra bonita. A casa parecia muito boa, mas enganou toda a gente. Mas uma casa vale para aquilo para que serve.

Sobre os subsídios atribuídos aos clubes, disse que estes são para ser aplicados nas camadas jovens, mas se não o fazem é de lamentar. Relativamente às

camadas jovens, disse que a Câmara assegura todas as despesas e sem este apoio não existiriam.

Sobre o auditório, vai ter uma actividade permanente organizada pela Câmara com as instituições locais de forma a dinamizar a cultura local, estimular a participação do público e levar as pessoas a gostar da cultura. Irão ser realizados seis espectáculos por ano, de qualidade, maioritariamente financiados pela autarquia.

Sobre a distribuição postal, disse que devemos fazer o que nos compete e exigir aos CTT que cumpram, pois estes não fazem o seu trabalho se não tiverem lá os números e as placas. Tem que haver sensibilização.

Inscreveram-se para terceira intervenção os deputados Guilhermina Costa e Acácio Gonçalves.

A deputada Guilhermina Costa disse que o combate político tem limites e esses limites são quando se atinge a vida privada, a honra e a consideração das pessoas. Disse que a resposta dada pelo Presidente da Câmara, nomeando questões pessoais, não é digno de um representante da autarquia. Não merece que diga que ela é a pessoa com menos moral para lhe fazer esta crítica. Isto é ofensivo da sua honra e da sua consideração. Disse ainda que o Presidente ou tem fundamentos válidos para dizer que a deputada é uma pessoa amoral ou o Presidente da Câmara deve-lhe um pedido de desculpas.

O deputado Acácio Gonçalves agradeceu à deputada Guilhermina Costa as suas palavras e disse que é preciso que haja respeito pelas pessoas senão um dia irá utilizar-se o confronto directo.

Reforçou que o Presidente da Câmara tem andado a enganar toda a gente pois a primeira página do orçamento tem discriminado 200 mil euros para a Cooperativa e mais à frente já aparecem 250 mil euros. Pediu explicações para que tal aconteça.

O Senhor Presidente da Câmara disse que há, por parte de alguns membros da Assembleia Municipal, a tentativa de se diminuírem a eles próprios. Disse que pensam que só eles podem criticar a Câmara e os outros, mas não podem ser criticados. Têm que ter humildade e o respeito pela crítica dos outros, mas se não são capazes de entender o que se diz, não estão a fazer nada na Assembleia. Toda a gente já percebeu que a Câmara aprovou 250 mil euros de subsídio à Cooperativa. Que 200 mil euros são referentes a um ano e os 50 mil euros relativos ao ano anterior. Mas o deputado Acácio ainda não chegou a essa interpretação e o mesmo tipo de defesa tem a deputada Guilhermina Costa pois quando não tem argumentos, vitimiza-se.

Disse que ele é igual a todos os membros da Assembleia e a deputada Guilhermina Costa pois quando faz perguntas não querará que fique calado. Disse que não disse que a Dra. Guilhermina é uma pessoa amoral. O que disse e voltava a dizer é que não recebe lições de moral, nem de boa educação e que ela seria a última pessoa da Assembleia e do concelho a dar-lhas.

A iniciar o Período da Ordem do Dia, pelas 14 horas e 15 minutos o deputado Luís Carril entregou à mesa da Assembleia um comunicado assinado pelos representantes dos grupos municipais do PSD e do CDS/PP.

Pelo facto de se constatar a ausência da bancada da coligação “Unidos por Montalegre”, pelas 14 horas e 18 minutos efectuou-se novamente o registo de presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 38 membros.

Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Nuno Justo, José Carvalho, Francisco Surreira, Maria Sousa, Manuel Sousa, Maria Crespo, Acácio Gonçalves, João Duarte, António Santos, José Diogo Pereira, Sandra Gonçalves, Hugo Ramos, António Leitão, João Surreira, José Moura, Deolinda Silva, Luís Carril, Judite Freitas, Jorge Fernandes, Manuel Antunes, Joaquim Alves, João Rua, Armando Duarte, Alexandre Antunes, Domingos Afonso, Ricardo Moura, Luís Pereira e João Fecheira.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou reaberta a sessão, tendo lido, em voz alta, o comunicado apresentado, que se transcreve: “Dado o tipo de linguagem utilizada pelo Senhor Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal de hoje que, além do tom de voz, fez acusações a rondar o insulto e a injúria das pessoas, membros desta assembleia, vimos comunicar a V. Exa a nossa ausência na continuação dos trabalhos como forma de manifestar o nosso repúdio pelas atitudes menos democratas e que este órgão, em caso algum, mereceria. Montalegre, 16 de Fevereiro de 2008. Assinado, os representantes dos Grupos Municipais do PSD e CDS/PP.”

O Senhor Presidente da Câmara e o deputado João Soares fizeram uma intervenção relativa à ausência dos membros dos grupos municipais PSD e do CDS/PP.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre o documento apresentado pelo PSD, disse que este não justifica coisa nenhuma. Foi acusado de duas coisas. De fazer ataques pessoais e de ter ofendido a deputada Guilhermina Costa. Questionou em que aspecto é que foi incorrecto e quais os ataques pessoais levantados. Relembrou que disse ao deputado Acácio Gonçalves que ele fala da Cooperativa nas sessões da Assembleia e que deveria fazê-lo nas reuniões dessa instituição. Disse ainda que o deputado Acácio Gonçalves fala do Matadouro e da Cooperativa por questões pessoais e isso voltaria a dizê-lo se necessário fosse.

Relativamente à deputada Guilhermina Costa disse que esta ficou ofendida pelo facto do Presidente da Câmara dizer que não aceita lições de moral e que ela seria a última pessoa a poder fazê-lo, mas se ficou assim tão ofendida é porque enfiou o barrete. Disse que está disposto a dizer isto publicamente pois pede meças aos dois deputados em causa sobre a sua educação, sobre a sua correcção na vida política, vida pessoal, privada e pública.

Disse que a atitude tomada pela bancada da coligação é um acto de cobardia de quem não tem argumentos e foge. Isto é um problema de arcaboço político, desrespeito democrático e falência da oposição. A oposição tem o direito de criticar, mas o executivo também tem o direito de se defender.

O deputado João Soares disse que a atitude tomada não é de homens nem de políticos. Isto fez-nos ver que estamos a ser liderados por um verdadeiro homem e por um verdadeiro político.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Inscreveram-se para intervir os deputados Nuno Pereira e Pedro Giesteira.

O deputado Nuno Pereira disse que ficou agradado com a proposta de alteração do PDM e se toda a gente entendesse o PDM como um instrumento ordenador, muitos problemas se resolveriam por si próprios.

Disse que as placas que indicam os moinhos numa determinada localidade têm a simbologia dos moinhos de vento e deve-se ter cuidado com isto pois estes não existem no concelho.

Falou sobre o Parque do Cávado e disse que se trata de uma zona onde vai haver muitas crianças a brincar e deveria ter maior protecção. Quanto aos campos sintéticos, disse que é uma solução engenhosa, inteligente e económica.

Falou ainda sobre a substituição das redes de fornecimento de energia eléctrica e disse que é urgente pois quando há mau tempo prejudica muito as populações.

O deputado Pedro Giesteira, sobre a revisão do PDM, disse que este é um instrumento que vai ajudar as freguesias a promover um desenvolvimento mais sustentável.

Felicitou a dinâmica da Câmara pelo facto de em cada reunião da Assembleia o Presidente da Câmara elencar uma série de novas obras sendo importante que este dê mais a cara pelas obras que tem vindo a fazer.

Sobre o QREN, disse que Montalegre soube aproveitar bem os quadros anteriores e agora é deve continuar a fazê-lo com o intuito de empregabilidade e promoção de iniciativas para as pessoas.

Sobre a carta arqueológica, disse que é um trabalho base muito importante para o Ecomuseu de Barroso e que se deve alargar a todas as freguesias.

O Senhor Presidente da Câmara falou sobre as placas do Ecomuseu e dos moinhos de vento e disse que já tinha reparado, mas estas cumprem regras que podem causar alguns problemas.

Sobre a protecção do Parque do Cávado, existe gardeamento e não vê que aí se possa colocar outro tipo de barreiras. Não se podem levantar problemas por tudo e por nada sob a pena de descaracterizar os locais.

Sobre o PDM pediu aos Presidentes de Junta que apresentem propostas de alteração para ver quais as melhores soluções. Disse ainda que há já uma primeira versão da empresa responsável que fez um trabalho de acordo com a necessidades de correcção.

Disse que o perímetro urbano pode vir a ser alargado, mas depois as entidades podem não dar parecer favorável. É preciso apresentar argumentos de forma a não descaracterizar a região pois o concelho vale o que vale por termos uma paisagem limpa, as aldeias concentradas, bonitas e asseadas. Tem que haver um equilíbrio entre o crescimento, o bom senso e o respeito pelo património.

O PDM e as novas leis de ordenamento vão ser menos restritivas pois a desafecção vai ser feita pelas Câmaras.

Sobre a carta arqueológica, disse que estão caracterizadas 22 freguesias.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Projecto dos Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da Povoação de Padornelos / Pedido de Autorização de Execução de Obras por Administração Directa.

Não houve intervenções.

Deliberação: o pedido foi aprovado por unanimidade dos presentes.

4.3 – Normas de utilização do Pavilhão Desportivo / Aprovação da tabela de preços.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por unanimidade dos presentes.

4.4 – RESAT/ adopção da rentabilidade das obrigações do tesouro a 10 anos como indexante da remuneração do capital accionista nas concessionárias dos sistemas multimunicipais.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.5 – Eleição dos Presidentes da Junta de Freguesia no CLAS da Rede Social / art. 21º do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho.

O Presidente da Junta de Freguesia da Chã apresentou uma lista de candidatura.

Não foram apresentadas outras listas.

Deliberação: posta a votação, a lista candidata foi aprovada com 21 votos a favor, 3 brancos e 1 voto contra dos Presidentes de Junta presentes.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário